



PREGÃO ELETRÔNICO: 013/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 001047/2025-57

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO, CONSERVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES DE SAÚDE

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO PELA EMPRESA: JB SERVICOS DE LIMPEZA COMERCIAL E RESIDENCIAL LTDA

Versam os autos do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Eletrônico, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, DESINFECÇÃO, CONSERVAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, A SEREM EXECUTADOS NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS DAS UNIDADES DE SAÚDE.

O presente pedido de esclarecimento foi recebido em 05/03/2026 via e-mail por esta pregoeira e a data agendada para abertura do certame foi 10/03/2026, deste modo a peça é tempestiva.

No pedido de impugnação, a licitante solicita:

“(…)

I – DA EXIGÊNCIA DE TRIPLA GARANTIA: ILEGALIDADE DA CUMULAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL COM PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO MÍNIMOS

O Edital exige, concomitantemente: (i) garantia contratual de 5% do valor anual do contrato (item 10.10); (ii) Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% do valor anual estimado; e (iii) Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% do valor anual estimado (item 7.1.3, alíneas "c" e "d").

A cumulação dessas três exigências configura a denominada "dupla garantia", prática amplamente repudiada pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União e doutrina especializada, por onerar excessivamente os licitantes sem qualquer



proporcionalidade com o risco efetivo da contratação.

O art. 69, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021 permite a exigência de índices de liquidez e solvência como critérios de qualificação econômico-financeira. Contudo, a exigência simultânea de garantia contratual, Capital Circulante Líquido e Patrimônio Líquido mínimos, todos calculados sobre o valor do contrato, representa tripla sobreposição de exigências voltadas a assegurar a mesma finalidade: a capacidade financeira da contratada.

Registre-se que a Lei nº 14.133/2021 distingue expressamente os institutos da qualificação econômico-financeira (art. 69) e da garantia contratual (art. 96), tratando-os como mecanismos autônomos. A exigência cumulativa e sobreposta de índices patrimoniais elevados e garantia contratual máxima, todos calculados sobre o valor anual do contrato, revela descompasso com o princípio da proporcionalidade, na medida em que múltiplos instrumentos passam a assegurar a mesma finalidade: a mitigação do risco financeiro da contratação.

(...)

Agrava a irregularidade o fato de que o próprio percentual de Capital Circulante Líquido exigido (16,66%) supera o dobro do patamar usualmente admitido pela jurisprudência do TCU (até 8,33% do valor estimado do contrato), o que, por si só, já configura exigência excessiva. Quando somado às demais condições patrimoniais, o conjunto de exigências impõe barreira de entrada manifestamente desproporcional ao objeto contratual.

(...)

II – DA DESPROPORCIONALIDADE DO QUANTITATIVO MÍNIMO EXIGIDO PARA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

O item 7.1.4 do Edital exige, para fins de qualificação técnico-operacional, atestados que comprovem: (a) experiência mínima de 3 (três) anos na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação; e (b) execução de serviços com quantitativo mínimo de 326.305,76 m², correspondente a 50% da metragem total considerada para a presente contratação (652.611,52 m²).

A impugnação não recai sobre a exigência de comprovação por atestados concomitantes admitida pela jurisprudência do TCU, mas sobre o próprio patamar quantitativo fixado como requisito mínimo de habilitação. O percentual de 50% sobre a metragem total do objeto, sem qualquer justificativa técnica específica que demonstre sua imprescindibilidade, configura restrição desproporcional à competitividade do certame.



Importa destacar que a jurisprudência do TCU tolera o percentual de 50% apenas como teto absoluto e desde que acompanhado de motivação técnica concreta e específica que justifique sua adoção, condição que, no presente caso, simplesmente não foi satisfeita.

A ausência dessa fundamentação transforma o percentual máximo tolerado em exigência arbitrária: utiliza-se o limite extremo da legalidade formal sem qualquer demonstração de que ele seria, de fato, indispensável à execução satisfatória do objeto.

(...)

III – DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, requer a IMPUGNANTE:

- a) O CONHECIMENTO da presente impugnação, por tempestiva e subscrita por representante habilitado, nos termos do art. 164 da Lei n.º 14.133/2021;
- b) O PROVIMENTO dos pedidos formulados em cada tese, com as seguintes alterações editalícias:
 - ajuste das exigências econômico-financeiras, com supressão da sobreposição de garantias, redução do Capital Circulante Líquido ao patamar máximo de 8,33% do valor estimado anual e redução do Patrimônio Líquido mínimo exigido para o percentual máximo de 8% (oito por cento) do valor estimado anual do contrato, em conformidade com os limites admitidos pela jurisprudência do TCU e com o princípio da proporcionalidade;
 - redução do percentual mínimo de comprovação técnico-operacional para patamar proporcional e tecnicamente motivado; ou, subsidiariamente, apresentação pela Administração de justificativa técnica específica que demonstre a imprescindibilidade do percentual de 50% ora fixado;
- c) Caso as alterações acima não sejam promovidas no prazo legal, requer-se, com fundamento no art. 164, § 1.º, da Lei n.º 14.133/2021 a SUSPENSÃO do certame, com a consequente designação de nova data para a sessão pública, somente após a publicação de edital retificado que sane as irregularidades apontadas, garantindo a efetiva competitividade do procedimento licitatório;"

Considerando que o teor dos pedidos é específico da fase preparatória deste certame, esta pregoeira solicitou subsídio a equipe da Gerência de Elaboração e Revisão dos Termos de Referência dos Bens e Serviços Comuns e Especiais – GERTE/SUPEL/SELC, a qual se



manifestou da seguinte forma:

“(…)

No que se refere às exigências de **patrimônio líquido mínimo e capital circulante líquido**, a matéria já foi devidamente enfrentada na análise da impugnação apresentada pela empresa **SETA Serviços e Terceirizações Ltda.**, oportunidade em que se concluiu pela regularidade de tais requisitos. Mantém-se, portanto, o entendimento de que tais indicadores possuem **natureza distinta e finalidades complementares**, uma vez que o patrimônio líquido evidencia a **solidez patrimonial estrutural da empresa**, enquanto o capital circulante líquido constitui **indicador de liquidez operacional de curto prazo**, destinado a demonstrar a capacidade da licitante de suportar os custos iniciais da execução contratual. Ademais, tais exigências encontram respaldo nas diretrizes estabelecidas pela Instrução **Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017**, que orienta a elaboração dos atos convocatórios nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

No que se refere à **garantia contratual**, igualmente não se verifica qualquer irregularidade, uma vez que se trata de instrumento expressamente previsto na legislação e nas normas que regem esse tipo de contratação. A exigência de garantia é medida amplamente adotada em contratos dessa natureza, especialmente em serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, funcionando como mecanismo de proteção da Administração quanto ao fiel cumprimento das obrigações contratuais. No caso específico do presente certame, a previsão de garantia contratual revela-se ainda mais justificada diante da **dimensão, complexidade operacional e sensibilidade do objeto**, que envolve a prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização, desinfecção, conservação e gerenciamento de resíduos em unidades de saúde do município. Trata-se de atividade essencial à manutenção das condições sanitárias e ao adequado funcionamento dos serviços de saúde, razão pela qual e impõe à Administração a adoção de mecanismos adequados de **gestão e mitigação de riscos contratuais**, encontrando a exigência em questão pleno respaldo legal e normativo.

Noutro espeque, quanto à exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional correspondente a 50% da metragem total do objeto, bem como à exigência de experiência mínima de três anos na prestação de serviços similares, cumpre registrar que tais parâmetros encontram respaldo na



jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, que admite a exigência de quantitativos mínimos de até 50% do objeto licitado quando demonstrada a complexidade ou a dimensão do contrato.

No presente caso, o objeto da contratação envolve a prestação de serviços contínuos de limpeza, higienização, desinfecção, conservação e gerenciamento de resíduos em diversas unidades de saúde do município, atividades que exigem elevada capacidade operacional, gestão de mão de obra numerosa, logística eficiente de insumos e equipamentos, além da observância rigorosa de protocolos sanitários próprios do ambiente de saúde. Trata-se, portanto, de serviço que demanda organização operacional robusta e experiência comprovada em contratos de grande porte.

Nesse contexto, a exigência de comprovação técnico-operacional correspondente a 50% da metragem total do objeto não se revela excessiva, mas sim compatível com a magnitude e a complexidade dos serviços a serem executados, funcionando como mecanismo de mitigação de riscos relacionados à eventual incapacidade operacional da contratada. Da mesma forma, a exigência de experiência mínima de três anos busca assegurar que a empresa possua histórico comprovado de atuação no setor, reduzindo o risco de descontinuidade ou falhas na prestação de serviços essenciais à saúde pública.

Assim, verifica-se que as exigências constantes do edital foram estabelecidas com base em parâmetros técnicos e normativos amplamente adotados nas contratações públicas de serviços terceirizados, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim medida legítima de proteção do interesse público e de mitigação de riscos contratuais.

(...)"

Importante registrar que o tema da impugnação é técnico e advém de condições e exigências pré-estabelecidas nos documentos da fase interna do processo, não cabendo à Pregoeira promover qualquer alteração posterior de ofício, uma vez que as prerrogativas de sua função são da aplicação das regras previamente dispostas, julgando as impugnações e questionamentos com base nos referidos artefatos de planejamento das contratações.

Desse modo, considerando estritamente a manifestação supracitada da GERTE, setor responsável pela elaboração do Termo de Referência e que detém a expertise necessária quanto as questões técnicas e exigências definidas neste documento da fase preparatória, das



quais decorreram os questionamentos apresentados, esta Pregoeira decide pelo indeferimento do pedido de impugnação promovido pela empresa **JB SERVICOS DE LIMPEZA COMERCIAL E RESIDENCIAL LTDA**, nos termos da fundamentação inclusa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Campo Grande - MS, 09 de março de 2026.

Kassiany Felicita de Souza Medeiros

Pregoeira

Coordenadoria de Processamento das Licitações – COPROL

Superintendência de Licitações e Compras Diretas - SUPLIC/SECOMP



RESPOSTA - PE 013-2026 - JB.pdf

Código do documento: 7B46-K3ZQ-PDLG-W62G

**Autenticação Eletrônica**

Valide em <https://compras.campogrande.ms.gov.br/flowbee-pub/#/validar/7B46-K3ZQ-PDLG-W62G>

Ou digite o código: 7B46-K3ZQ-PDLG-W62G

Assinado em conformidade à Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Assinaturas

Eletrônica

KASSIANY FELICCITA DE SOUZA MEDEIROS**CPF:** 041*****23**Em:** 09/03/2026 11:07